



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI/SR/PF/RJ

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 24608322/2022-STI/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.016990/2022-85

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS SOB DEMANDA

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de serviços de manutenção, suporte e assistência técnica pelo período de 30 meses, renováveis até o limite de 60 meses, para as Centrais Telefônicas em uso na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e na Delegacia de Polícia Federal na cidade de Macaé, adquiridas através do Pregão 16/2015 realizado pela SR/PF/RJ (Processo 08455.033167/2015-13), e para suas Delegacias descentralizadas, adquirido através do pregão 17/2017 realizado pela SR/PF/RJ (Processo 08455.028755/2017-99), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, prevista no item 1, da tabela 1.

1.2. Seleção de empresa para o fornecimento de Peças que integram o sistema de telefonia Avaya em uso na sede da Superintendência de Polícia Federal no Rio de Janeiro e suas unidades descentralizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, previstos nos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, da tabela 1.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT/CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Contrato (30 meses)
1	1	Manutenção preventiva e corretiva, suporte e assistência técnica pelo período de 30 meses para as Centrais Telefônicas e equipamentos que integram o sistema de telefonia Avaya em uso na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, nas Delegacias de Polícia Federal nas cidades de Macaé, Nova Iguaçu, Niterói, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e Angra dos Reis além dos Aeroportos Internacional Tom Jobim e Santos Dumont.	27120	Prestação de Serviço	30
	2	Servidor HP para instalar soluções e aplicações Avaya - Servidor para Virtualização com 32 Gb RAM, 24 vCPU, 2x HD 900GB 6G SAS 10K rpm e fonte redundante.		Unidade	01
	3	Gateways Avaya G450 c/ fonte redundante - O G450 Media Gateway consiste em um chassi de 3U de altura "para montagem em rack 19 com módulo de placa principal		Unidade	01

	removível, fontes de alimentação, bandeja do ventilador, recursos DSP e memória. Possui oito slots de módulo de mídia que hospedam uma combinação de placas de interface para suportar T1 / E1, ISDN-BRI, interfaces WAN, telefones digitais ou analógicos e troncos analógicos.			
4	Placa sobrevivência LSP - Server S8300 - Controlador primário usado como servidor remoto de sobrevivência. HDD de 500 GB, SSD de 500 GB, 2 SDRAM DDR3 de 8 GB, Cache L2 de 512 KB e cache L3 de 4 MB, 3 portas USB 2.0, Porta LAN Ethernet externa, Porta USB para unidade de DVD e Porta Ethernet de serviços.		Unidade	01
5	Placa de 08 portas de troncos analógicos. Placa de conexão das linhas telefônicas das operadoras de telefonia fixa ao PABX Avaya com 8 portas.		Unidade	01
6	Placa de 24 portas de ramais analógicos. Placa de conexão das linhas telefônicas das operadoras de telefonia fixa ao PABX Avaya com 24 portas.		Unidade	01
7	Mesas de Operadora com aparelho IP Avaya 9611 e Licença One-x Attendant - Mesa para telefonistas atenderem chamadas dos troncos chaves da SR e as chamadas das delegacias. Equipamento com a possibilidade de grupo de "call center" no qual direciona para as mesas das operadoras as chamadas entrantes.		Unidade	01
8	Interface Celular Khomp com 16 canais - Interface para 16 chips de celular para conexão de linhas de celular instalada em posição de tronco analógico no PABX.	273804	Unidade	01
9	Interface celular NACCELL, individual (FXO) - Interface individual para conexão de uma linha celular instalada em posição de tronco analógico no PABX.		Unidade	01
10	Tarifador Informatec Info360 - Equipamento que coleta informações de bilhetes do PABX para entregar dados nas ligações dos ramais em SW específico.		Unidade	01
11	Placa DS1 - Placa instalada no g450 para conexão de links das operadoras com a tecnologia de voz ISDN ou R2.		Unidade	01

Tabela 1

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção, suporte, assistência técnica no item 1, e o fornecimento de peças dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

1.3.1. As peças deverão ser peças/materiais originais Avaya, não sendo permitidas peças/materiais genéricos ou compatíveis.

1.4. A Licitação será em Grupo Único, por se tratar de uma solução de PABX IP baseado em um fornecedor específico.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela 1.

1.6. O serviço de manutenção corretiva será realizada sob demanda, quando autorizada pela Contratante, segundo os Níveis de Serviço previstos na tabela 3.

1.6.1. Quando necessária a troca de peças, estas serão fornecidas com autorização prévia da contratante, a um custo máximo definido previamente no processo de contratação.

1.7. A Empresa Licitante deverá ser licenciada pelo fabricante do equipamento para manutenção e fornecimento de peças da marca Avaya.

1.7.1. A Empresa Licitante no ato da assinatura do contrato deverá apresentar a carta de Credenciamento da Avaya sob pena de desclassificação da mesma pela não apresentação de tal comprovação.

1.8. A manutenção preventiva em cada local deverá ser realizada uma vez a cada seis meses, a primeira ocorrerá em até o décimo quinto dia do primeiro mês de contrato de forma presencial conforme programação prevista no item 3.3.4. .

1.9. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.10. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.11. Quanto ao prazo de vigência, a contratação será de 30 (trinta) meses, prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses. O período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos com depreciação e manutenção dos equipamentos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Seguindo esta lógica, existe jurisprudência que sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, como o Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara:

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

1.11.1. O princípio da competitividade é a essência da licitação. Em suma, o princípio da competitividade, de um lado, exige que se verifique a possibilidade de se ter um número ampliado de interessados que possam atender e fornecer o que a Administração Pública necessita. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento. Com um número maior de licitantes participando do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar a melhor oferta. É verdade que muitas vezes temos dificuldades para julgar a satisfação desse item editalício, porque a interpretação literal da legislação nos distancia do interesse público. Tais problemas de ordem prática deverão ser resolvidos com a aplicação do princípio da competitividade como o buscado com o alongamento da vigência do contrato.

1.11.2. A hipótese prevista no art. 57, II da Lei nº 8.666/1993 é a que suscita dúvidas. A despeito dessa alternativa, tem sido habitual na Administração Pública a celebração de contratos com duração de 12 (doze) meses, com a previsão expressa de prorrogação da avença por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

1.11.3. A doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, o mesmo se aplicando às eventuais prorrogações, respeitado o limite legal máximo de 60 (sessenta) meses.

1.11.4. Assim também dispõe a Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU:

“Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente”.

1.11.5. As sucessivas modificações do cenário das contratações públicas em relação à prestação de serviços contínuos levam à necessidade de amoldar melhor as regras às carências rotineiras da Administração Pública, soluções estas criadas para melhor atenderem às necessidades cotidianas da Administração. A razoabilidade impõe essa interpretação, pois, não se mostra sensato exigir que a vigência dos contratos de serviços prestados de forma contínua fique limitada a 12 (doze) meses, já que a praxe administrativa é de prorrogar por período máximo permitido por lei. Se há uma contratação que foi prevista no orçamento e os recursos estão disponíveis, não há obstáculos.

1.11.6. Reduzir o alcance da contratação a 12 (doze) meses mostra-se temerário e contribui para mitigar os riscos de uma eventual necessidade da realização de uma nova contratação do serviço proposto atendendo os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público. Podemos verificar essa cautela em alguns julgados do Tribunal de Contas da União:

“(...) Por isso, a aplicação do art. 57, II, da Lei 8.666/93, mostra-se como uma medida economicamente interessante, porque a vigência dos contratos não se restringe à vigência dos créditos orçamentários e ainda poderão ter a sua duração estendida por período igual ao inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 9.648/98, que alterou a redação do mencionado dispositivo legal.” (Decisão 732/2000- Plenário)

“A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.” (Orientação Normativa/AGU n. 39/2011)

1.11.7. Considerando todas as colocações aqui tecidas, conclui-se que os serviços de natureza contínua podem ser celebrados por períodos superiores, não se mostrando razoável impor que a vigência desses contratos fique limitada ao prazo de 12 (doze) meses. As peculiaridades cotidianas desta Superintendência levam a propor o prazo de 30 (trinta) meses, considerando, também, os requisitos que devem ser atendidos no momento da prorrogação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Considerando o término da garantia contratual em 19 de dezembro de 2018 para a Central Telefônica instalada na Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 2019 para a Central Telefônica instalada na Delegacia de Polícia Federal na cidade de Macaé, e demais delegacias em Setembro de 2020, referentes ao Pregão 16/2015 e 17/2017 SR/PF/RJ, cujo objeto foi a aquisição, entrega e completa instalação com o consequente funcionamento irrestrito de Centrais Telefônicas Híbridas (TDM + IP) e seus periféricos, este procedimento visa a contratação pelo período de 30 meses, renováveis até o limite de 60 meses, de manutenção preventiva, corretiva dos equipamentos em questão, que atendem as necessidades das Unidades do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, contemplando de forma direta a Sede da Superintendência Regional e suas Delegacias Descentralizadas, e visa manter a SR/PF/RJ alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional do Departamento de Polícia Federal.

2.2. O fornecimento de peças deverá suprir a demanda de comunicação externa e interna dos diversos setores desta superintendência, assim como, suas unidades descentralizadas. Busca-se com este projeto a melhora do serviço de telefonia como um todo e a redução de custos operacionais. Tais melhorias irão impactar diretamente na execução de serviços que são essenciais para melhor servir ao público externo e usuários, garantido agilidade no desempenho dos processos deste departamento.

2.3. Justifica-se a contratação de forma unificada para a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e demais delegacias (Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda, Angra dos Reis, Aeroporto Internacional Tom Jobim e Aeroporto Santos Dumont) pois trata-

se de sistema de comunicação integrada que não se caracteriza simplesmente pela soma das partes. A decisão quanto ao agrupamento leva em consideração a necessidade de preservação dos níveis de segurança da informação que trafegam pelo sistema de comunicação contratado. Entende-se que há crescimento exponencial de vulnerabilidade das informações diretamente relacionado ao aumento do número de diferentes fornecedores das soluções, pelas quais estas informações trafegam. Semelhante entendimento existe quanto ao à vulnerabilidade relacionado à quantidade de equipes e empresas diferentes para as quais determinados serviços de instalação e manutenção serão submetidos.

2.4. A implantação da solução proporciona: eficiência, eficácia, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, melhorando o atendimento das seguintes necessidades:

- 2.4.1. Reduzir custos operacionais;
- 2.4.2. Integrar e padronizar os recursos de telefonia das unidades, permitindo a gerência e o monitoramento centralizado de falhas e de desempenho;
- 2.4.3. Disponibilizar informações precisas e tempestivas para o gerenciamento de despesas com ligações telefônicas;
- 2.4.4. Implementar novas funcionalidades, como integração com outros serviços, bilhetagem e auditoria das ligações (relatórios de atividade do ramal);

2.5. Pretende-se ampliar o sistema de telefonia IP sob responsabilidade do STI/PF/SR/RJ no estado do Rio de Janeiro, com o fornecimento da solução nas localidades elencadas abaixo:

- 2.5.1. Superintendência Regional no Rio de Janeiro;
- 2.5.2. Delegacia Especial de Polícia Federal, localizado no Aeroporto Internacional Tom Jobim;
- 2.5.3. Delegacia de Polícia de imigração, localizada no Aeroporto Santos Dumond;
- 2.5.4. PEP - Via Parque - Barra da Tijuca;
- 2.5.5. PEP - Rio Sul - Botafogo;
- 2.5.6. PEP - Leblon - Leblon;
- 2.5.7. Delegacia de Polícia Federal descentralizada, localizada em Angra dos Reis-RJ;
- 2.5.8. Delegacia de Polícia Federal descentralizada, localizada em Campos dos Goytacazes-RJ;
- 2.5.9. Delegacia de Polícia Federal descentralizada, localizada em Macaé-RJ;
- 2.5.10. Delegacia de Polícia Federal descentralizada, localizada em Niterói-RJ;
- 2.5.11. Delegacia de Polícia Federal descentralizada, localizada em Nova Iguaçu-RJ;
- 2.5.12. Delegacia de Polícia Federal descentralizada, localizada em Volta Redonda-RJ.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção e fornecimento de peças nas unidades da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, nas localidades e nos equipamentos descritos no Item 10 deste Termo de Referência.

3.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

3.2.1. Fornecimento de serviço de manutenção preventiva nas Centrais Telefônicas da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

3.2.3. As manutenções preventivas serão realizadas com a reposição e substituição dos componentes e demais itens segundo a tabela 2 de custos, nos casos em que se detecte o comprometimento da confiabilidade ou da disponibilidade das características técnicas e funções para a qual o componente avariado foi projetado.

3.2.4. Deverá ser prestada de forma presencial nas Unidades da Polícia Federal, no Estado do Rio de Janeiro.

3.2.5. Deverá ocorrer de forma periódica, ao menos uma vez a cada 6 meses, conforme calendário abaixo:

- mês 1 - Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro;
- mês 2 - Delegacia de Polícia Federal de Angra dos Reis;

- mês 3 - Delegacias de Polícia Federal de Macaé e Campos dos Goytacazes;
- mês 4 - Delegacia de Polícia Federal de Niterói;
- mês 5 - Delegacia de Polícia Federal de Nova Iguaçu;
- mês 6 - Delegacia de Polícia Federal de Volta Redonda;
- mês 7 - Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro;
- mês 8 - Delegacia de Polícia Federal de Angra dos Reis;
- mês 9 - Delegacias de Polícia Federal de Macaé e Campos dos Goytacazes;
- mês 10 - Delegacia de Polícia Federal de Niterói;
- mês 11 - Delegacia de Polícia Federal de Nova Iguaçu;
- mês 12 - Delegacia de Polícia Federal de Volta Redonda;

Obs.: É considerado o mês 1, o primeiro mês de contrato, mês 2, o segundo mês de contrato, assim por diante.

3.2.6. A manutenção preventiva, deverá seguir o seguinte roteiro:

3.2.6.1. Verificação e atualização das versões de todos os sistemas de software instalados para qualquer atualização que seja publicada pelo fabricante. Desde que essa atualização não implique na troca do hardware existente ou impossibilite o uso de recursos existentes.

3.2.6.1.1. A CONTRATADA é responsável pela atualização da versão dos sistemas no que tange Software, para qualquer atualização que seja disponibilizada pelo Fabricante e não implique em alteração do Hardware já instalado. Caso haja uma necessidade de capacidade maior de processamento ou placas será comunicado a CONTRATANTE os requisitos mínimos para instalação da nova versão e a mesma irá decidir se realizar o investimento ou não da plataforma de Hardware que será por conta da Contratante.

3.2.6.2. Verificação do funcionamento das rotinas de *backup* e *restore*.

3.2.6.3. Realizar a programação e ativação das facilidades que se fizerem necessárias nos equipamentos e serviços fornecidos pela contratada.

3.2.6.4. Verificação da existência e *reset* de todos os alarmes.

3.2.6.5. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

3.2.6.6. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.2.7. Os custos do serviço de manutenção preventiva, conforme roteiro, serão absorvidos no custo mensal previsto em processo de licitação.

3.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

3.3.1. A manutenção corretiva será realizada periodicamente, seja por solicitação da contratante, seja por identificação do defeito por parte da contratada.

3.3.2. As manutenção sempre ocorrerão mediante autorização da contratada para realizá-la.

3.3.3. Os custos da manutenção corretiva, serão absorvidos no custo mensal previsto em processo de licitação.

3.3.4. Na execução da manutenção corretiva, a contratada deve observar os Níveis de Serviço do item 15.19. sob pena das sanções previstas com o não cumprimento dos níveis previstos.

3.4. FORNECIMENTO DE PEÇAS:

3.4.1. O fornecimento de peças, será com autorização prévia da contratada.

3.4.2. Somente serão aceitas peças originais do sistema Avaya.

3.4.3. O custo máximo das peças estarão previstos em tabela prévia, que fazem parte do objeto de contratação na tabela 2 do item 9.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O item 1 trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 tratam-se de aquisições de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Requisitos de Negócio:

5.1.1. Por se tratar de órgão de segurança pública, é necessário manter o sistema de telefonia em pleno funcionamento, a fim de possibilitar que a Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro cumpra suas funções constitucionais.

5.1.2. Garantir o bom funcionamento das centrais telefônicas com tecnologia VoIP (voz sobre protocolo de internet) das Unidades da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, permitindo o atendimento ao público, a comunicação com outras Unidades da PF, e a comunicação entre as Unidades da PF no Estado do Rio de Janeiro.

5.2. Requisitos Legais:

5.2.1. Observar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU.

5.2.2. No decorrer da execução contratual, a Contratada deverá manter aderência às legislações, padrões técnicos e demais normativos relacionados ao presente Termo de Referência, bem como os que, porventura, sejam regulamentados internamente ou pelos órgãos governamentais competentes e que sejam aplicáveis ao objeto contratado, em especial às seguintes normas:

5.2.2.1. Lei nº 8.666/1993 – Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

5.2.2.2. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 – regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

5.2.2.3. Lei nº 10.520/2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

5.3. Requisitos de Manutenção:

5.3.1. São previstos dois tipos de manutenção, sendo uma preventiva e outra corretiva.

5.3.2. A manutenção deverá ser periódica e sempre que solicitada pela contratante nos limites do contrato de manutenção.

5.3.3. A manutenção corretiva ocorrerá sob demanda, e envolve desde o reparo de equipamentos, até a substituição de peças previstas ou não no contrato.

5.4. Requisitos Temporais:

5.4.1. Tempo para implantação da solução: Imediatamente após a assinatura do contrato.

5.4.2. Tempo do contrato: 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.4.3. Periodicidade da manutenção preventiva: a cada 6 meses.

5.4.4. Tempo de atendimento das solicitações previstas no item 15.19. NÍVEIS DE SERVIÇO.

5.5. Requisitos de Segurança:

5.5.1. Conformidade com as normas ambientais em observação a IN nº 1/2010-SLTI/MPOG.

5.5.2. Utilizar softwares licenciados e originais.

5.5.3. Observação das regras de segurança da PF, evitando acesso não autorizado a terceiros.

5.5.4. No caso de contratação exigir a assinatura pelo fornecedor do Termo de Sigilo e Confidencialidade.

5.6. Requisitos de Segurança da Informação:

5.6.1. Os acessos realizados fora da rede de dados da PF, para manutenção ou configuração, somente ocorrerão após autorização expressa da equipe técnica da Polícia Federal;

5.6.2. O equipamento usado na manutenção deverá ser certificado pela Microsoft para o uso com o Microsoft Teams;

5.6.3. O equipamento deverá possibilitar a integração com o Microsoft AD, para permitir autenticação do equipamento e do usuário na rede.

5.7. Requisitos Sociais, Culturais e Critérios de sustentabilidade:

5.7.1. Sociais: Adequação aos horários e regras de cada Unidade Contratante.

5.7.2. Culturais: Softwares em língua portuguesa do Brasil.

5.7.3. Critérios de Sustentabilidade.

5.7.3.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles elencados na Descrição da Solução (item 3) e Obrigações da Contratada (item 12), além do relacionado no edital como requisito previsto em lei especial.

5.7.3.2. No caso de contratação a Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, devendo ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para sua execução, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o Art. 5º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

5.7.3.3. A Contratada deverá, respeitar as normas contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª edição, disponibilizado no site da AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/>)

5.7.3.4. A comprovação do disposto neste subitem deverá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre os presentes requisitos.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas. O agendamento da vistoria poderá ser efetuado através do telefone (21) 2203-4050 ou através do e-mail: sti.srrj@pf.gov.br.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Compõe o escopo desta contratação, como meta principal a obrigação de manter a Central Telefônica em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento. Os serviços serão prestados entre 8:00h e 18:00h, nos dias úteis de segunda a sexta-feira e, em caso de necessidade, nas dependências da Polícia Federal, ou excepcionalmente em outro dia e horário, após solicitação formal encaminhada pela contratada ao fiscal do contrato, com as devidas justificativas, e posterior autorização de entrada pela Polícia Federal.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de publicação de extrato do contrato no Diário Oficial da união, na forma que segue:

7.3. Todos os itens relativos a presente contratação deverão permanecer em pleno funcionamento, durante toda a vigência deste contrato, obedecendo às características e configurações exigidas no Edital, no Termo de Referência e em seus Anexos do Pregão 16/2015 realizado pelo SR/PF/RJ (Processo 08455.033167/2015-13), que deu origem a esta contratação.

7.4. Os serviços objeto desta contratação se caracterizaram pela execução dos procedimentos de manutenções preventivas e corretivas, no local de instalação durante a vigência da contratação. Os serviços serão realizados, prioritariamente nos locais onde se encontram instalados os equipamentos e, de forma excepcional, nos laboratórios da contratada, após autorização prévia da Polícia Federal para esta excepcionalidade.

7.5. A contratada se comprometerá a executar, com a máxima presteza e agilidade de tempo: reparos, modificações, ajustes e substituição de partes, peças e acessórios dos materiais que estejam pondo em risco a segurança, a qualidade, a disponibilidade e a confiabilidade do sistema instalado.

7.6. A contratada deverá ainda realizar manutenção preventiva de forma presencial em um dos locais de instalação dos equipamentos que atendem o sistema de telefonia, local este previamente combinado com a equipe técnica de telefonia da Polícia Federal do Rio de Janeiro, sendo admitido a manutenção preventiva por meio de acesso remoto nos outros locais de instalação, desde que este acesso remoto seja realizado em um dos locais de instalação dos equipamentos internamente nas dependências da Contratante. A manutenção corretiva ocorrerá sempre no local da instalação do equipamento a ser reparado. Durante os processos de manutenção preventiva ou corretiva previstos nesta contratação, deve se evitar ao máximo a paralisação total dos equipamentos em manutenção, sendo admitida se programada previamente com a Contratante.

7.7. Os atendimentos deverão ser prestados sempre por filial própria ou empresa legalmente estabelecida e credenciada.

7.8. Com o fim de fornecer à contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho das obrigações da contratada, a Administração encaminhará o nome e os telefones de contato do fiscal de contrato e de seus substitutos, mantendo tais dados atualizados. No curso de execução da contratação, todas as ocorrências de eventuais imperfeições serão anotadas em registro próprio e notificadas à contratada, por escrito, pelo fiscal ou por seus substitutos, com o fim de exigir o fiel cumprimento dos prazos máximos fixados para correção e apuração de possíveis reincidências de atos e omissões nos procedimentos da contratada.

7.9. Durante a vigência da contratação, o transporte e o seguro de equipamentos em trânsito em decorrência de suporte ou manutenções serão responsabilidade da contratada.

7.10. Durante o período desta contratação, a Polícia Federal fica autorizada a utilizar os valores retidos de garantia fiduciária para corrigir imperfeições na execução destes serviços ou para reparar

danos decorrentes da ação ou omissão da contratada ou dos prepostos da contratada, e ainda, para satisfazer quaisquer obrigações resultantes ou decorrentes das ações ou omissões da contratada. A autorização contida neste item é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

7.11. A contratada se compromete a repor ou a completar os valores de garantia fiduciária na hipótese de utilização parcial ou total na ocorrência da hipótese do item anterior, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pela Polícia Federal, mediante correspondência entregue contra recibo.

7.12. Para executar suas tarefas durante o período da contratação, os prepostos da contratada terão acesso aos equipamentos da contratante após devidamente identificados e sempre acompanhados por equipe do Setor de Tecnologia da Informação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, responsável pela fiscalização técnica dos serviços.

7.13. A contratada obriga-se a cumprir fielmente suas obrigações quanto a esta contratação e em especial:

7.13.1. Relacionar-se com a contratante, exclusivamente, por meio do fiscal de contrato; encaminhando qualquer solicitação à Polícia Federal por intermédio de formulação, por escrito, direcionada a este servidor;

7.13.2. Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do fiscal de contrato designado pela Polícia Federal;

7.13.3. Executar, com esmero e perfeição as manutenções necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos adquiridos;

7.13.4. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os prepostos necessários à perfeita execução da garantia contratada;

7.13.5. Fornecer à Polícia Federal todas as informações solicitadas em razão desta contratação, no prazo de até cinco dias úteis;

7.13.6. Apresentar, tão logo solicitado pela Polícia Federal, no prazo máximo estipulado na solicitação, documentação referente às condições exigidas nesta contratação;

7.13.7. Substituir, às suas expensas, o objeto ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contadas do recebimento da notificação, desde que tal imperfeição não impacte o funcionamento dos equipamentos instalados. Caso a necessidade de substituição seja de item que impacte no regular funcionamento do sistema adquirido, a substituição deverá ser realizada no prazo de 1 (um) dia útil;

7.13.8 Substituir, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, após solicitação escrita do fiscal da garantia, qualquer empregado que por quaisquer razões, tenha a sua permanência em ambiente interno à Polícia Federal, considerada inoportuna;

7.13.9. Comunicar imediatamente ao fiscal toda e qualquer irregularidade que dificulte ou impossibilite a execução desta contratação, assim como, comunicar por escrito, no prazo de dez dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa, durante o prazo de vigência deste contrato, apresentando todos os documentos necessários à comprovação da nova situação;

7.13.10. Estar ciente de que a contratada e seus prepostos estão impedidos de reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Polícia Federal, sob pena de quebra de sigilo funcional;

7.13.11. Estar ciente de que a contratada e seus prepostos estão impedidos de utilizar o nome da Polícia Federal em quaisquer atividades de divulgação empresarial ou pessoal, cartões de visita, anúncios e impressos;

7.13.12. Estar ciente de que a contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação;

7.13.13. A contratada responderá civilmente por danos e/ou prejuízos causados à Polícia Federal ou a terceiros, decorrentes da instalação dos equipamentos e/ou da prestação da assistência técnica, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a contratada, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, após a comunicação

que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Polícia Federal reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução e a tomar outras medidas julgadas cabíveis;

7.13.14. A contratada manterá durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.13.15. A contratada recolherá, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;

7.13.16. A contratada não permitirá que seus prepostos tratem de assuntos de serviço com autoridades ou quaisquer outras pessoas na ausência do fiscal ou servidor por ele designado;

7.13.17. Empregados da contratada não terão qualquer relação de emprego com a Polícia Federal, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, assim como, a observação das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e o uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

7.13.18. Os trabalhos a serem executados pelos prepostos da contratada ocorrerão em período e horário estipulados na contratação, devendo a contratada fornecer além dos materiais especificados e da mão-de-obra especializada, todas as ferramentas e os equipamentos necessários, responsabilizando-se pela guarda, conservação e transporte dos mesmos. A contratada assumirá total responsabilidade pela conservação, manutenção, guarda e reposição dos equipamentos e materiais de propriedade da Polícia Federal, que eventualmente necessitarem ser colocados emergencialmente à disposição do uso dos prepostos da contratada, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade;

7.13.19. Os locais utilizados para realização dos trabalhos objeto da contratação, bem como todos os acessos e demais dependências da edificação, deverão ser mantidos nas condições encontradas pelos prepostos da contratada, mantendo-os livres de sujeiras e restos de obra;

7.13.20. Ao final de qualquer tarefa de manutenção ou instalação os prepostos da contratada deverão manter a limpeza geral, deixando o espaço em perfeitas condições de ocupação e uso. Todo o material a ser recolhido pela contratada deverá permanecer já separado e arrumado facilitando a posterior coleta;

7.13.21. A contratada deverá arcar com despesas incidentes direta ou indiretamente sobre o fornecimento, instalação e assistência técnica, durante o prazo de contratação;

7.13.22. Sempre que possível, realizar previamente o agendamento das visitas aos locais de instalação dos itens sob responsabilidade da contratada;

7.13.23. Restaurar, em até cinco dias, as condições originais da edificação, no caso de ocorrer qualquer dano, avaria ou mancha nos locais em razão de serviços executados por prepostos da contratada.

7.14. Quanto ao recebimento das peças:

7.14.1. O prazo de entrega das peças é de até 15 dias, contados da data de autorização de troca da peça pela contratante, no seguinte endereço do órgão gerenciador, no almoxarifado, situado na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, no endereço: Avenida Rodrigues Alves, 1 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20081-250.

7.14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 8 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.14.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.14.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.14.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1 Conforme previsão do Art.74, II, da Lei 8.666/1993, os serviços serão recebidos mediante recibo efetuado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

8.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3 Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

8.4 O gestor do contrato analisará, quando necessário, os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

8.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na quantidade e qualidade adequadas para a perfeita execução do objeto da contratação, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os materiais ou equipamentos necessários para eventuais reparos devem ser peças originais oferecidas pelo suporte Avaya (<https://www.avaya.com/br/services/avaya-support-services/>) ou de qualidade superior, conforme disponibilização comercial.

9.3. A tabela 2 abaixo, relaciona as placas, componentes e equipamentos necessários que a empresa fornecerá a um custo previamente levantado:

Tabela 2

Item	PEÇA	CUSTO MÁXIMO ACEITÁVEL
02	Servidor HP para instalar soluções e aplicações Avaya	R\$ 85.603,00
03	Gateways Avaya G450 c/ fonte redundante	R\$ 94.857,16
04	Placa sobrevivência LSP - Server S8300	R\$ 33.875,52
05	Placa de 08 portas de troncos analógicos.	R\$ 9.848,85
06	Placa de 24 portas de ramais analógicos.	R\$ 18.466,85
07	Mesas de Operadora com aparelho IP Avaya 9611 e Licença One-x Attendant	R\$ 659,57
08	Interface Celular Khomp com 16 canais	R\$ 10.573,23
09	Interface celular NACCELL, individual (FXO)	R\$ 4.823,44
10	Tarifador Informattec Info360	R\$ 31.919,19
11	Placa DS1	R\$ 28.229,60
	CUSTO GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL	R\$ 318.856,41

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

10.1. Locais das Prestações dos Serviços:

10.1.1. Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

10.1.1.1. Endereço: Rodrigues Alves, 01, Saúde, Rio de Janeiro – RJ

10.1.1.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.1.2.1. 1 Avaya Aura Communication Manager R7 Duplex, virtualizado.

10.1.1.2.2. 2 Avaya Aura Session Manager, virtualizado.

10.1.1.2.3. 1 Avaya Aura System Manager, virtualizado.

10.1.1.2.4. 1 Solução de Mensagens Unificadas Avaya Aura Messaging, virtualizado.

10.1.1.2.5. 8 Gateways Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.1.2.6. 4 Mesas de Operadora com aparelho IP Avaya 9611 e Licença One-x Attendant.

10.1.1.2.7. 1 Interface Celular Khomp com 16 canais.

10.1.1.2.8. 1 Tarifador Informatel Info360 (virtualizado) até 5000 elementos tarifários e licenças para 7 centrais.

10.1.2. Delegacia de Polícia Federal na cidade de Macaé.

10.1.2.1. Endereço: Avenida Camilo Nogueira da Gama, 230, Botafogo, Macaé – RJ.

10.1.2.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.2.2.1. 1 Avaya Aura Communication Manager R7 Simplex, virtualizado.

10.1.2.2.2. 1 Avaya Aura Session Manager, virtualizado.

10.1.2.2.3. 1 Avaya Aura System Manager, virtualizado.

10.1.2.2.4. 1 Correio de Voz Avaya Aura Messaging, virtualizado.

10.1.2.2.5. 1 Gateway Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.2.2.6. 4 Interface celular NACCELL, individual.

10.1.2.2.7. 1 Buffer do Tarifador Informatel Info360 - (Usando uma das sete licenças adquiridas pela PF no Processo Licitatório 16/2015).

10.1.3. Delegacia de Polícia Federal na cidade de Nova Iguaçu.

10.1.3.1. Endereço: Rua Iracema Soares Junqueira, 25 - Centro, Nova Iguaçu - RJ.

10.1.3.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.3.2.1. 1 Gateway Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.3.2.2. 1 Placa de 08 portas de troncos analógicos.

10.1.3.2.3. 1 Placa de 24 portas de ramais analógicos.

10.1.3.2.4. 1 Placa sobrevivência LSP - Server S8300.

10.1.3.2.5. 4 Interface celular NACCELL, individual (FXO).

10.1.3.2.6. 1 Buffer do Tarifador Informatel Info360 - (Usando uma das sete licenças adquiridas pela PF no Processo Licitatório 16/2015).

10.1.4. Delegacia de Polícia Federal na cidade de Niterói.

10.1.4.1. Endereço: Rua da Conceição, 188 - Centro, Niterói - RJ.

10.1.4.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.4.2.1. 1 Gateway Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.4.2.2. 1 Placa de 08 portas de troncos analógicos.

10.1.4.2.3. 1 Placa de 24 portas de ramais analógicos.

10.1.4.2.4. 1 Placa sobrevivência LSP - Server S8300.

10.1.4.2.5. 4 Interface celular NACCELL, individual (FXO).

10.1.4.2.6. 1 Buffer do Tarifador Informatec Info360 - (Usando uma das sete licenças adquiridas pela PF no Processo Licitatório 16/2015).

10.1.5. Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campos dos Goytacazes.

10.1.5.1. Endereço: Rua Barão de Miracema 158 - Centro, Campos dos Goytacazes - RJ.

10.1.5.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.5.2.1. 1 Gateway Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.5.2.2. 1 Placa de 08 portas de troncos analógicos.

10.1.5.2.3. 1 Placa de 24 portas de ramais analógicos.

10.1.5.2.4. 1 Placa sobrevivência LSP - Server S8300.

10.1.5.2.5. 4 Interface celular NACCELL, individual (FXO).

10.1.5.2.6. 1 Buffer do Tarifador Informatec Info360 - (Usando uma das sete licenças adquiridas pela PF no Processo Licitatório 16/2015)

10.1.6. Delegacia de Polícia Federal na cidade de Volta Redonda.

10.1.6.1. Endereço: Avenida Sete de Setembro, 94 - Aterrado, Volta Redonda - RJ.

10.1.6.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.6.2.1. 1 Gateway Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.6.2.2. 1 Placa de 08 portas de troncos analógicos.

10.1.6.2.3. 1 Placa de 24 portas de ramais analógicos.

10.1.6.2.4. 1 Placa sobrevivência LSP - Server S8300.

10.1.6.2.5. 4 Interface celular NACCELL, individual (FXO).

10.1.6.2.6. 1 Buffer do Tarifador Informatec Info360 - (Usando uma das sete licenças adquiridas pela PF no Processo Licitatório 16/2015).

10.1.7. Delegacia de Polícia Federal na cidade de Angra dos Reis.

10.1.7.1. Endereço: Rua Benedito Pereira Rocha, 463 - Casa A - Parque das Palmeiras, Angra dos Reis - RJ.

10.1.7.2. Composição do PABX da localidade:

10.1.7.2.1. 1 Gateway Avaya G450 c/ fonte redundante.

10.1.7.2.2. 1 Placa de 08 portas de troncos analógicos.

10.1.7.2.3. 1 Placa de 24 portas de ramais analógicos.

10.1.7.2.4. 1 Placa sobrevivência LSP - Server S8300.

10.1.7.2.5. 4 Interface celular NACCELL, individual (FXO).

10.1.7.2.6. 1 Buffer do Tarifador Informatec Info360 - (Usando uma das sete licenças adquiridas pela PF no Processo Licitatório 16/2015).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.25. Declarar, em atendimento ao artigo nº 18 da Instrução Normativa 4/2014, estar ciente de que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de Tecnologia da Informação relacionados aos mapas, croquis, projetos, planos de instalação e aos diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertencerão e serão incorporados ao patrimônio da Administração, sendo inclusive vedadas quaisquer formas de divulgação dos mesmos, sem conhecimento e prévia autorização formal da Polícia Federal.

12.26. Responsabilizar-se pela garantia do sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do sistema adquirido, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

12.27. Os bens ou equipamentos de informática a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

12.28. Os bens ou equipamentos de informática a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada,

respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto quanto ao cumprimento dos níveis de serviço exigidos no Item 15.19, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.19. NÍVEIS DE SERVIÇO:

15.19.1. O prazo de reparo não poderá exceder as horas úteis previstas na tabela 3 abaixo na coluna Término do reparo, após o início do atendimento. Para efeito de aferição deste prazo, o início do atendimento será considerado como o momento em que a contratada for acionada pela primeira vez para tratar do assunto, seja por telefone, seja por e-mail.

15.19.2. Em relação ao prazo de reparo, deve ser considerado o prazo acima, desde que para execução do trabalho a CONTRATADA não dependa de fabricantes e/ou terceiros para realização e finalização do seu trabalho. Caso seja identificado que esse prazo não será cumprido será informado oficialmente a CONTRATANTE informando o prazo correto e tendo o aceite formal da CONTRATANTE de que se pode executar o trabalho e que o mesmo não será considerado como uma falha cabível de multa por descumprimento de SLA.

15.19.3. Após iniciado qualquer reparo, caso o preposto da contratada se dê conta de que o prazo previsto de reparo excederá as horas úteis previstas na coluna Término do reparo deste item, a contratada deve tomar as medidas preparatórias com o fim de substituir os componentes avariados e sanar a avaria mediante orçamento aprovado das peças em manutenção em até 24 horas úteis das horas previstas na coluna Término do reparo da tabela 3 abaixo, com a aprovação expressa da contratante.

Tabela 3

Item	Solicitação de Serviço	Gravidade	Início do reparo (horas)	Término do reparo (horas)	Custo
1	Manutenção/instalação Avaya do Aura Communication Manager na SR/RJ.	Alta	6	24	Incluído no serviço mensal
2	Manutenção/instalação Avaya do Aura Communication Manager em Macaé.	Alta	48	96	
3	Manutenção/instalação do Avaya Aura Session Manager na SR/RJ.	Alta	6	24	
4	Manutenção/instalação do Avaya Aura Session Manager em Macaé.	Alta	48	96	
5	Manutenção/instalação do Avaya Aura System Manager na SR/RJ.	Média	24	48	
6	Manutenção/instalação do Avaya Aura System Manager em Macaé.	Baixa	96	192	
7	Manutenção/instalação da Solução de Mensagens Unificadas Avaya Aura Messaging na SR/RJ.	Baixa	96	192	
8	Manutenção/instalação do Correio de Voz Avaya Aura Messaging, virtualizado nas Descentralizadas.	Baixa	192	240	
12	Manutenção/instalação do Gateways Avaya G450 c/ fonte redundante na SR/RJ.	Média	24	48	
13	Manutenção/instalação do Gateways Avaya G450 c/ fonte redundante nas Delegacias Descentralizadas.	Baixa	48	96	
14	Manutenção/instalação da Placa sobrevivência LSP - Server S8300 nas Descentralizadas.	Baixa	48	96	
15	Manutenção/instalação da Placa de 08 portas de troncos analógicos.	Média	48	96	
16	Manutenção/instalação da Placa de 24 portas de ramais analógicos.	Média	48	96	
17	Manutenção/instalação das Mesas de Operadora com aparelho IP Avaya 9611 e Licença One-x Attendant	Média	24	48	

22	Manutenção/instalação da Interface Celular Khomp com 16 canais na SR/RJ.	Baixa	96	192
23	Manutenção/instalação da Interface celular NACCELL, individual (FXO).	Baixa	192	240
24	Manutenção/instalação do Tarifador Informatec Info360 (virtualizado) até 5000 elementos tarifários e nas licenças para 7 centrais.	Média	48	96
25	Manutenção/instalação da Placa DS1 na SR/RJ.	Média	24	48
26	Manutenção/instalação da Placa DS1 Descentraliza	Média	48	96

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, no prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a contratante realizar inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.6. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.7. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.10. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.10.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.10.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.10.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do Art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$

$I = 365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do Art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 3 e 4, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4, 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 3 e 4:

Tabela 3

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 4

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço Global.

21.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.4. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.6. Nos valores ofertados já deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do objeto, tais como serviços de frete, impostos, taxas, transporte, seguro com transporte e assistência técnica, instalação e ativação;

21.7. A Licitante que não apresentar, junto a proposta, as declarações e atestados solicitados neste Termo de Referência, será desclassificada do certame;

21.8. Na proposta deverão ser apresentadas quaisquer outras informações afins, que a proponente julgar necessárias ou convenientes.

21.9. Atestado de Capacidade e Habilitação Técnica da Licitante:

21.9.1. A Licitante, detentora da melhor proposta, deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, 1 (um) ou mais ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, a ser (em) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove (m) que a licitante já forneceu quantidade igual ou superior a 20% de equipamento/solução Compatível, referente aos itens para o qual ofertou a proposta;

21.9.2. A Licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, serviço de telefonia fixa baseada na tecnologia voz sob IP.

21.9.3. Serão descartados os atestados de contratos que não utilizaram tecnologia IP nos serviços de telefonia.

21.9.4. A apresentação de Atestado de Capacidade técnica visa a comprovação de aptidão da Licitante para atender de modo pertinente e compatível o objeto desta licitação, conforme o Art. 30 da Lei nº 8.666/93;

21.9.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.9.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

21.9.7. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017

21.9.8. A Licitante, detentora da melhor proposta, deverá garantir em sua proposta, para avaliação e concordância, documentação contendo os detalhes técnicos que comprovem o atendimento das especificações dos equipamentos e funcionalidades dos softwares eventualmente incluídos.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo ESTIMADO da contratação MENSAL é de R\$ 28.214,11, ANUAL é de R\$338.569,23 e pelo TEMPO DE CONTRATO (30 meses) é de R\$ 846.423,08.

	Mensal	Anual	Contrato (30 meses)
SERVIÇO (FIXO)	R\$ 17.585,56 ⁽¹⁾	R\$ 211.026,67	R\$ 527.566,67
PEÇAS (SOB DEMANDA - ESTIMADO)	R\$ 10.628,55	R\$ 127.542,56	R\$ 318.856,41 ⁽²⁾
TOTAL	R\$ 28.214,11	R\$ 338.569,23	R\$ 846.423,08

(1) - Preço Máximo aceitável para o serviço

(2) - Por se tratar da compra de peças sob demanda, ou seja, somente quando estas vierem a dar defeito, considerando que central telefônica mais antiga foi instalada em 2015, e até a presente data, pouco custo de manutenção ocorreu devido a pouca incidência de defeitos, porém é necessário prever um custo de peças para o prazo do contrato, para isso foi considerado para todo o contrato (30 meses) o custo global do somatório do preço médio de todas as peças, ou seja, uma peça de cada prevista, chegamos ao Custo Global Médio de R\$ 318.856,41

Rio de Janeiro/RJ, 10 de fevereiro de 2023.

RENATO DO NASCIMENTO BARRADAS

Escrivão de Polícia Federal
Chefe Substituto do STI/SR/PF/RJ
Integrante Requisitante
Matrícula 10911

ALUISIO SARDINHA GARCIA

Agente de Telecomunicações
STI/SR/PF/RJ
Integrante Técnico
Matrícula 13356



Documento assinado eletronicamente por **ALUISIO SARDINHA GARCIA, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 26/04/2023, às 07:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DO NASCIMENTO BARRADAS, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 26/04/2023, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28656087** e o código CRC **50C9BC14**.